



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

OFÍCIO Nº 436/GAPRE/SEPLAG/2013

Belo Horizonte, 22 de julho de 2013.

Senhor Representante do SINDOJUS:

Encaminho o relatório preliminar elaborado pela Secretaria de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional – SEPLAG, que versa sobre a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça para o exercício de 2014, para análise.

Atenciosamente,

Desembargador **Joaquim Herculano Rodrigues**
Presidente

Ilmo. Sr.

WANDER DA COSTA RIBEIRO

Representante do SINDOJUS

CAPITAL



**RELATÓRIO PRELIMINAR
DA PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
MINAS GERAIS**

EXERCÍCIO DE 2014

19 de julho de 2013

ÍNDICE GERAL

Encaminhamento do Relatório ao Senhor Presidente.....	3
Siglas e Abreviaturas.....	5
1. Disposições Legais.....	6
2. Parâmetros para a Elaboração da Proposta Orçamentária.....	7
3. PPAG 2012-2014 – Revisão do Exercício de 2014.....	9
4. Despesas alocadas na Proposta Orçamentária.....	9
4.1. Proposta Orçamentária da DIRDEP.....	9
4.2. Proposta Orçamentária da DIRSEP.....	13
4.3. Proposta Orçamentária da DIRFOR.....	18
4.4. Proposta Orçamentária da DENGEP.....	21
4.5. Proposta Orçamentária da ASCOM.....	27
4.6. Proposta Orçamentária da DIRFIN.....	28
4.7. Proposta Orçamentária da DIRGED.....	30
4.8. Proposta Orçamentária da AGIN.....	32
4.9. Proposta Orçamentária do Programa Novos Rumos.....	38
4.10. Proposta Orçamentária da MEJUD.....	38
4.11. Proposta Orçamentária da SEPAC.....	39
4.12. Proposta Orçamentária da ASPREC/CEPREC.....	41
4.13. Proposta Orçamentária da DIRSUP.....	42
4.14. Proposta Orçamentária da DIJESP.....	42
4.15. Proposta Orçamentária do CESI.....	43
4.16. Proposta Orçamentária da DEARHU/GERSAT.....	44
5. Proposta Orçamentária de Pessoal.....	45
6. Memória de Cálculo do Limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para o Ano de 2014.....	47
7. Consolidação das Despesas Previstas para 2014.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativo das despesas da DIRDEP.....	12
Quadro 2: Demonstrativo das despesas da DIRSEP.....	16
Quadro 3: Demonstrativo das despesas da DIRFOR.....	21
Quadro 4: Demonstrativo das despesas da DENGEP.....	22
Quadro 5: Execução Orçamentária Obras.....	25
Quadro 6: Demonstrativo das despesas da DENGEP – Obras.....	26
Quadro 7: Quadro detalhamento Obras.....	26
Quadro 8: Demonstrativo das despesas da ASCOM.....	28
Quadro 9: Demonstrativo das despesas da DIRFIN.....	29
Quadro 10: Demonstrativo das despesas da DIRGED.....	31
Quadro 11: Demonstrativo das despesas da AGIN.....	37
Quadro 12: Demonstrativo das despesas do Programa Novos Rumos.....	38
Quadro 13: Demonstrativo das despesas da SEPAC.....	41
Quadro 14: Demonstrativo das despesas da DEARHU/GERSAT.....	44
Quadro 15: Detalhamento despesas de Remuneração e Proventos.....	46
Quadro 16: Quadro Detalhamento de Despesas.....	48

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no inciso XXI do artigo 34 da Resolução do Tribunal Pleno nº 0003/2012, de 26 de julho de 2012, encaminhamos o presente relatório preliminar referente à elaboração da proposta orçamentária deste Tribunal, para o exercício de 2014.

A elaboração da proposta orçamentária é uma atribuição da SEPLAG – Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional conforme o disposto no art. 42 da Resolução nº 519, de 10 de janeiro de 2007.

O conteúdo presente neste relatório foi consubstanciado pelas informações prestadas pelos gestores e demandantes de despesas do Tribunal, a seguir:

Assessoria de Gestão da Inovação

Assessoria de Comunicação Institucional

Assessoria de Precatórios

Central de Conciliação de Precatórios

Centro de Segurança Institucional do TJMG

Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos

Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial

Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária

Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

Diretoria Executiva de Informática

Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais

Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

Memória do Judiciário Mineiro

Programa Novos Rumos

Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

Secretaria de Padronização, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional

A técnica de formatação e consolidação das despesas descritas na proposta orçamentária teve como elemento basilar a contribuição dos gestores e demandantes de despesas, a fim de garantir a maior fidedignidade aos números apresentados.

Registre-se também que para a composição das despesas de pessoal foram considerados os levantamentos realizados pela Diretoria Executiva de Recursos Humanos – DEARHU, bem como o percentual autorizado da Receita Corrente Líquida para o Poder Judiciário para a despesa de Pessoal.

As demais despesas foram alocadas de acordo com o montante das receitas estimadas pela Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN, tais como taxa de fiscalização judiciária, convênios e os recursos diretamente arrecadados.

Assim, os grupos de despesas podem ser sintetizados conforme abaixo:

Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 3.346.461.073,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 686.445.914,00
Investimentos	R\$ 147.512.783,00
TOTAL	R\$ 4.180.419.770,00

Abaixo, segue quadro comparativo do Orçamento proposto para 2014 e do Orçamento Inicial somado ao crédito adicional de 2013:

ORÇAMENTO TJMG	ORÇAMENTO PROPOSTO 2014	ORÇAMENTO INICIAL 2013 SOMADO AO PL 4103/2013*	PERCENTUAL DE VARIÇÃO (%)
PESSOAL	R\$ 3.346.461.073	R\$ 3.246.746.007	3,07
CUSTEIO	R\$ 686.445.914	R\$ 715.721.302	-4,09
CAPITAL	R\$ 147.512.783	R\$ 129.325.040	14,06
TOTAL	R\$ 4.180.419.770	R\$ 4.091.792.349	2,17

* PL 4103/2013 - Projeto de Lei de Suplementação ao Orçamento do TJMG


Belo Horizonte, 19 de julho de 2013


Camila-Fernanda Magalhães Avelar

Gerente do Centro de Controle da Execução Orçamentária, em substituição


Soraya Maria de Oliveira

Secretária-Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, em substituição


Renato César Jardim
Juiz Auxiliar da Presidência

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Análise Básica de Conflitos
AGIN – Assessoria de Gestão da Inovação
ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado
ASCOM – Assessoria de Comunicação Institucional
ASPREC – Assessoria de Precatórios
BACEN – Banco Central do Brasil
CBO – Código Brasileiro de Ocupação
CECOEX – Centro de Controle da Execução Orçamentária
CEJUS – Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania
CEPREC – Central de Precatórios
CESI – Comissão de Segurança Institucional
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
COEST – Coordenação de Estágio
DEARHU – Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos
DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto
DENGEP – Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial
DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas
DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documentação
DIRFIN – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária
DIRFOR – Diretoria Executiva de Informática
DIJESP – Diretoria Executiva dos Juizados Especiais
DIRSUP – Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FUNFIP – Fundo Financeiro da Previdência
GERSAT - Gerência de Saúde no Trabalho
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LC – Lei Complementar
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei de Orçamento Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEJUD – Memória do Judiciário Mineiro
PL – Projeto de Lei
PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental
PV – Promoção Vertical
QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa
RCL – Receita Corrente Líquida
SEPAC – Secretaria de Padronização, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional
SEPAD – Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária
SEPLAG – Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
URV – Unidade Real de Valor

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O PL 4086/2013, LDO -2014, estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014.
2. A LDO-2014 estabelece em seu art. 7º o prazo de 5 de julho de 2013 para disponibilizar os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2014.
3. Resolução nº 638/2010 que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça e estabelece no artigo 6º, inciso I, parágrafo único, que a proposta orçamentária deve estar alinhada ao Planejamento Estratégico, a fim de garantir recursos necessários para a execução das iniciativas estratégicas de que trata este artigo.
4. Resolução nº 687/2012 que dispõe sobre a implantação do Sistema de Avaliação Técnica para Priorização de Obras do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.
5. Resolução do CNJ nº 70, de 18 de março de 2009, que dispõe o seu art. 2º, § 4º, sobre a participação efetiva de serventuários e de magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe, na elaboração e na execução de suas propostas orçamentárias e planejamentos estratégicos.
6. Resolução do CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010 que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.
7. Resolução do CNJ nº 126, de 22 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação Judicial de magistrados e servidores do Poder Judiciário.
8. Resolução do CNJ nº 127, de 15 de março de 2011 que dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da justiça de primeiro e segundo graus.
9. Resolução do CNJ nº 133, de 21 de junho de 2011 que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistrados e Ministério Público e equiparação de vantagens.
10. Resolução do CNJ nº 153, de 6 de julho de 2012 que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligência dos oficiais de justiça.

11. Recomendação do CNJ, de 03 de agosto de 2012, para que os Tribunais incluam a, cada ano, em seu orçamento dotação específica para a revisão geral anual de subsídios dos magistrados e servidores.
12. Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.
13. Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.
14. O PL 3342/2012 que altera os quadros de cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau.
15. O PL 3540/2012 que altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância.
16. O PL 3879/2013 que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário de Estado de Minas Gerais.
17. Lei nº 18.909, de 31 de maio de 2010 que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado.
18. Lei nº 20.642, de 11 de abril de 2013 que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado para os exercícios de 2013, 2014 e 2015.
19. Lei nº 20.715, de 13 de Junho de 2013 que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, referente ao ano de 2013.

2. PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório preliminar são apresentados os parâmetros que serviram de base para as projeções da folha de pessoal de 2014 e para o rateio das receitas informadas pela DIRFIN tendo como expectativa a melhor alocação dos recursos.

1. Meta do Banco Central para inflação 4,5% para o ano de 2014 – Resolução BACEN nº 4.095, de 28 de junho de 2012, que fixa a meta para a inflação para 2014 e seu intervalo em pontos percentuais.
2. A estimativa de Inflação, Índice (IPCA) de 6% foi o percentual aplicado para projetar a revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores. A definição do percentual dentro do intervalo de tolerância da meta é compatível com a meta de inflação estabelecida pelo BACEN.

3. Ressalta-se, no entanto, que à estimativa de RCL para 2014, enviada pelo Poder Executivo através do Of. Circ. Gab. SEC. nº 41/13, totaliza **R\$45.766.439.032,00 (quarenta e cinco bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e trinta e dois reais)**, apresentando um crescimento de **1,69%** em relação à estimativa de receita prevista para o ano de 2013 de R\$45.004.425.290,00 (quarenta e cinco bilhões, quatro milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa reais) conforme publicação no sítio http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lrf/11-2013/bimestre2/anexo3.pdf.
4. Receitas estimadas pela DIRFIN:
Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$506.267.167,00 (quinhentos e seis milhões, duzentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e sete reais);
Receita Diretamente Arrecadada: R\$220.254.783,00 (duzentos e vinte milhões, duzentos e cinquenta e quatro reais, setecentos e oitenta e três reais);
Convênios: R\$4.438.800,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentos reais);
Alienação de Bens de Entidades Estaduais: R\$100.000,00 (cem mil reais).
5. Para atendimento ao cumprimento da negociação de quitação dos passivos de URV e Equivalência Salarial, aplicamos o reajuste de 5% no valor da parcela mensal paga em 2013.
6. Inclusão de pagamento de 12 parcelas, do total de 48 parcelas, dos valores devidos aos servidores enquadrados nos termos da Resolução 693/2012 que regulamenta o art. 22 da Lei nº 16.645, de 5 de janeiro de 2007.
7. Após levantamento das demandas de todas as áreas gestoras, verificou-se a necessidade de limitar os gastos decorrentes das solicitações das áreas para se adequar às receitas citadas no subitem 4.
8. A projeção da folha de pagamento elaborada pela DEARHU e operacionalizada pela DIRFOR considerou os dados dos registros de pessoal simulados com base nos dados reais obtidos a partir de 04/06/2013, dentre eles: quinquênio, trintenário, adicional de desempenho (ADE), progressão, promoção horizontal e férias regulamentares. Para os demais eventos foram considerados os dados reais lançados no sistema de recursos humanos até o momento da projeção (exemplo: substituições, afastamentos etc). Na simulação não foram considerados os eventos futuros que podem adiar ou impedir a concessão de determinado benefício (exemplo: faltas, avaliação de desempenho em atraso, etc). Os dados relativos a férias-prêmio consideramos a média dos últimos 5 anos, 2008 a 2012, ou seja, além de considerar os pagamentos devidos às aposentadorias compulsórias, somamos as férias-prêmio advindas das aposentadorias proporcionais.

9. Quanto à pensão por morte estimamos crescimento de 6% ao ano sobre o valor projetado para 2013.
10. Previsão de nomeação de 90 (noventa) novos magistrados.
11. Previsão de nomeação de 220 (duzentos e vinte) novos servidores, conforme PL 3.879/2013.

3. PPAG 2012-2015 – REVISÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Para a elaboração da proposta orçamentária de 2014, a SEPLAG propõe a inserção no PPAG de uma ação orçamentária que reflita as atividades desenvolvidas nos Centros Judiciários e na Justiça Restaurativa, bem como melhor alinhamento entre o orçamento e o planejamento estratégico do TJMG. Sugere-se, também, adotar como produto desta ação o número de audiências realizadas. Em relação às metas financeiras e físicas, estas serão informadas pela AGIN.

Em atendimento ao pedido da DIRDEP, a ação 2109 será alterada no PPAG, passando a ser nomeada "Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas". O produto desta ação será "pessoas em formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento" e as metas físicas e financeiras serão informadas pela DIRDEP.

4. DESPESAS ALOCADAS NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Para melhor entendimento da montagem da peça orçamentária, apresentaremos as propostas envidadas por cada área gestora e demandante de orçamento para 2014.

4.1. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRDEP

A CI DIRDEP 44/2013, encaminhada à SEPLAG em 04/07/2013, com o conteúdo da proposta orçamentária da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas, informou o seguinte:

"1 . O concurso público para magistrados deixou de ter uma etapa, qual seja, a formação inicial. Em virtude disso, a despesa se modifica, desloca-se do grupo 3 para o grupo 1, ou seja, esta Diretoria deixa de pagar uma bolsa à candidatos e o setor de pessoal passa a pagar um auxílio a magistrados no período de sua formação (...)

2 . O estágio passou a ser por concurso público, sendo o da Segunda Instância e o da Comarca de Belo Horizonte realizado por esta Diretoria. Em razão disso, foi realizado um estudo de vagas e seu respectivo preenchimento pela COEST,

no qual foi verificada a necessidade de um aumento de vagas e que em torno de 10% das vagas são reservas técnicas e/ou não ocupadas ao longo do ano em razão de término dos contratos. Assim, no planejamento de 2014, foram considerados: o aumento das vagas, o reajuste da bolsa, o gasto com a empresa que fará a seleção e uma redução de 10% em razão de não ser possível manter todas as vagas preenchidas em todos os dias ao longo de todo o ano.

3. Após a realização da auditoria interna na execução da Ação 2109, no final de 2012, início desse ano, foram realizadas várias reuniões e estudos acerca da baixa execução nessa ação e suas causas. Foi verificado que a falta de correlação entre a meta orçamentária (abrange concurso e ação educacional), a meta física (abrange apenas ação educacional) e o produto (abrange apenas ação educacional) da citada ação foi determinante para a baixa execução.

4. No intuito de gerar um alinhamento entre a meta física, orçamentária e o produto da ação, de adequá-la ao Plano Educacional em desenvolvimento, de aumentar a transparência do produto da ação, de alocar todos os gastos das áreas educacionais e de adequá-la às modificações do concurso público para magistrados e servidores, em razão de diretrizes do CNJ, a citada ação sofre modificações significativas:

Itens	Atual	Proposto pela Área	Motivação
Nome	<i>Seleção, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores</i>	<i>Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de pessoas</i>	- Falta de correlação entre o nome (incluía a seleção) e o produto (não incluía a seleção)
Produto	<i>Magistrado/servidor treinado/capacitado</i>	<i>Pessoas em formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento</i>	- Não abrangia todas as pessoas atendidas na Escola, como o público externo.
Unidade de Medida	<i>Magistrado/servidor</i>	<i>Pessoa</i>	- Não abrangia todo o público atendido.
Meta Física	15.732	22.128	- Aumento em razão da modificação do produto, em parte.
Meta Orçamentária	R\$ 9.915.022,00	R\$ 4.597.167,00	- Redução em razão da retirada do concurso e da bolsa.

5 . Solicito a inclusão do orçamento do Concurso Público na ação 4224, na qual já está alocado o orçamento do Estágio e informo que, em razão do cenário de mudanças nas regras dos concursos públicos para magistrados e servidores, algumas melhorias foram implementadas, em especial, na forma de arrecadação da receita e pagamento das despesas.

6 . Ressalto também que deverão ser reservados R\$ 100.000,00 para aquisição de equipamentos de informática para a EAD e R\$ 12.000,00 para aquisição de armários par o Memorial no orçamento do TJMG.

Juntamente com as informações repassadas pela DIRDEP, constou quadro detalhado das despesas afetas a essa Diretoria. Em 17/07/2013, foi encaminhado email ao CECOEX/SEPLAG revendo valores do quadro anexo à Proposta Orçamentária encaminhada, de modo a atender demandas da SEPAC. O montante orçamentário total solicitado foi de **R\$49.969.317,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e dezessete reais)**

Passemos às considerações sobre o atendimento das demandas:

1 . Com relação ao pleito número 1 da DIRDEP, informamos que a despesa oriunda do concurso para magistrados em virtude do pagamento de auxílio para os candidatos será consignada no orçamento da DEARHU, por se tratar de despesa com pessoal, a ser processada na folha de pagamento do Tribunal de Justiça.

2 . Com relação ao pleito número 2 da DIRDEP, o valor total solicitado para a rubrica "Estagiários" foi atendido em **90%**, ou seja, dos R\$41.049.329,00 (quarenta e um milhões, quarenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais) solicitados, **propõe-se um crédito inicial de R\$36.944.396,00** (trinta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis mil reais). No ano de 2013, o limite disponibilizado inicialmente para esta rubrica foi de R\$38.507.040,00 e, em junho/2013, a DIRDEP sinalizou uma devolução de R\$5.743.402,00. A execução orçamentária nesta rubrica, no período fevereiro-junho/2013, manteve uma média mensal de R\$2.387.998,00, o que nos leva a uma projeção de execução anual de R\$28.655.976,00.

3 . A partir de 2014, os recursos orçamentários alocados na rubrica "Serviços de Realização de Concursos Públicos" ficarão consignados na Ação 4224 (Processamento Judiciário de 1ª e 2ª Instâncias e Ações de Comunicação Institucional).

O quadro 1 apresenta o valor solicitado e o valor da proposta orçamentária para o ano de 2014 para a DIRDEP.

QUADRO 1

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custelo)	4.994.117	4.994.117
- Diárias-Civil	1.499.170	1.499.170
- Material de Ensino	20.000	20.000
- Material de Informática	5.000	5.000
- Serviços de Consultoria - Pessoa Jurídica	141.850	141.850
- Cursos, Exposições, Congressos e Conferências	424.000	424.000
- Serviços de Tecnologia da Informação	77.800	77.800
- Cursos de Formação, Capacitação e Pós-Graduação para Servidores	1.400.000	1.400.000
- Cursos de Formação e Capacitação Promovidos pelo Estado	556.950	556.950
- Eventos de Comunicação Institucional	869.547	869.547
II - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custelo)	43.187.023	39.082.090
- Estagiários	41.049.329	36.944.386
- Monitores, Fiscais e Examinadores	149.766	149.766
- Conferências e Exposições	2.000	2.000
- Prêmios de Seguros	15.892	15.892
- Serviços de Realização de Concurso Público	1.970.036	1.970.036

III - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2453 - REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
1 - DESPESAS COM PESSOAL	1.252.183	1.252.183
- Honorários	1.252.183	1.252.183
IV - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2456 - REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
1 - DESPESAS COM PESSOAL	535.994	535.994
- Honorários	535.994	535.994
TOTAL (I+II+III+IV)	49.969.317	45.864.384

4.2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRSEP

A CI DIRSEP 63/2013, encaminhada à SEPLAG em 03/07/2013, com o conteúdo da proposta orçamentária da Diretoria Executiva de Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, informou o seguinte:

"Sobre o tema, cumpre consignar que o planejamento da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP está sendo concebido com as perspectivas de atender às crescentes necessidades da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista a grande extensão territorial do nosso Estado, contamos, atualmente com 296 (duzentas e noventa e seis) Comarcas dispersas em aproximadamente 700 (setecentas) edificações, com a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, tais como, manutenção, limpeza, conservação, copeiragem, telecomunicações, recepção, segurança e vigilância alocados nas seguintes áreas totais:

- *Área de estacionamento de 6.336,24 m²;*
- *Área construída de 602.363,12 m²;*
- *Área envidraçada de 103.821,62 m²;*
- *Área ajardinada de 137.692,82 m² e*
- *Área externa de 124.999,16 m²*

Toda Comarca conta com serviço de segurança de pelo menos um vigia administrativo.”

Com relação às despesas com locação de serviços de mão de obra (serviços terceirizados), acrescenta ainda:

“No PLANO DE TRABALHO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS alocados nas dependências das inúmeras edificações do Tribunal de Justiça, citamos:

- Foram realizados levantamentos do quadro de terceirizados alocados na prestação de serviços em todas as Comarcas, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e regularização dos desvios de função detectados;*
- Os certames lançados à praça contêm justificativa da necessidade dos serviços terceirizados, a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratado;*
- A pesquisa qualitativa dos insumos relacionados às atividades prestadas em cada local, promovendo-se a redução dos gastos desnecessários e melhoria qualitativa dos insumos fornecidos, a exemplo da Capital;*
- Adoção dos índices de produtividade definidos na IN/MPOG nº 02/2008;*
- Contratação da FENEIS – deficientes auditivos – em diversas Comarcas do Interior, para agilizar o serviço de autuação/montagem de processos;*
- Utilização da Nomenclatura e Atribuições do Código Brasileiro de Ocupações – CBO;*
- Revisão dos valores e índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários e tributários sobre a mão de obra de prestadores alocados no Contrato, de forma que estes custos não estejam elevados, afetando a economicidade dos contratos;*
- Promovemos a atualização constante das áreas internas, externas, fachadas envidraçadas, periodicidade da prestação dos serviços, turnos e jornada de trabalho estritamente necessários, de acordo com a produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação de serventes por encarregado;*
- Introduzimos exigências de sustentabilidade ambiental na execução desses serviços;*
- Promovemos o aperfeiçoamento do acompanhamento e fiscalização efetiva do cumprimento das obrigações da contratada, reduzindo,*

consideravelmente o número de ações trabalhistas, bem como a possibilidade de reconhecimento da responsabilidade subsidiária deste Tribunal pela Justiça Especializada Trabalhista;

- *Cumprindo determinação do CNJ, alocamos o serviço de copeiragem em todas as Comarcas do Estado de Minas Gerais, por meio de pagamento do adicional de acúmulo de função do auxiliar de serviços gerais, otimizando a utilização dos recursos e diminuindo a necessidade de gasto mais elevado; e*
- *Finalmente, com os recursos da economia dessas ações, alocamos o serviço de assistente administrativo nas Comarcas que contam com distribuição de mais de 200 (duzentos) processos, visando o precioso auxílio na autuação/montagem dos processos e otimizando a força de trabalhos do servidor efetivo na atividade fim.”*

Por fim, acrescenta outros esclarecimentos que envolvem despesas de consumo ou de bens permanentes:

“Vale a pena registrar que, com o advento dos ENCONTROS ADMINISTRATIVOS REGIONAIS, surgiram demandas abaixo discriminadas, cujo objetivo é o de evitar acidentes com o material utilizado e agilizar a prestação dos serviços de apoio à prestação jurisdicional das Comarcas, otimizando a utilização dos poucos recursos humanos do quadro efetivo disponível, a saber:

Extensão da utilização do grampo de plástico para processos em todas as Comarcas, diante do alto índice de acidentes pessoais ocorridos com a utilização do grampo de metal, além do desmembramento de folhas ao manusear os autos. Custo do grampo de plástico para processo é de R\$8,12 (oito reais e doze centavos) a caixa, com 50 unidades. O uso em escala maior poderá propiciar redução no valor da compra;

Maior agilidade na numeração das folhas processuais, além da recomendação do CNJ, com o uso de carimbo numerador de processos, cujo custo unitário é de R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) a unidade. A aquisição em maior escala poderá reduzir seu custo;

Grampeador para 100 folhas, com a seguinte custo: elétrico no valor unitário de R\$219,00 (duzentos e dezenove reais) e o manual no valor de R\$19,00 (dezenove reais) a unidade.

Perfurador grande para processo, com capacidade para perfurar 300 folhas, cujo menor custo de mercado foi de R\$300,00 (trezentos reais) a unidade;

Furadeiras elétricas para processos, no valor de aproximadamente R\$2.394,00 (dois mil trezentos e noventa e quatro reais).”

A proposta orçamentária global da DIRSEP para o ano de 2014 atinge a marca de **R\$278.119.920,00 (duzentos e setenta e oito milhões, cento e dezenove mil, novecentos e vinte reais)**, se somarmos todos os quadros anexados à CI DIRSEP 063/2013.

Passemos às considerações sobre o atendimento das demandas:

1 . Para o ano de 2013, a DIRSEP solicitou **R\$262.446.676,00** (duzentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais). Para 2013, foi autorizado, porém, o limite orçamentário de **R\$226.706.237,00** (duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e seis mil, duzentos e trinta e sete reais).

2 . Do montante autorizado (R\$226.706.237,00), a DIRSEP executou, até junho/2013, uma média de **R\$13.438.833,00** (treze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais) ao mês.

3 . O valor acima, nos leva a uma projeção de execução orçamentária de **R\$192.175.316,00** (cento e noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e dezesseis reais), se multiplicarmos a média de gastos mensal por 13 (em razão do pagamento de 13º salário aos obreiros dos contratos de locação de mão de obra) e considerarmos, ainda, uma margem de crescimento de 10%.

4 . O valor encontrado acima representa **84,77%** do orçamento autorizado para a DIRSEP para 2013.

Diante desses esclarecimentos, sugerimos o atendimento de **85% do valor estimado para 2014, ou seja, R\$236.416.932,00** (Duzentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e dois reais), e que representam um crescimento de 4,8% sobre o orçamento disponibilizado em 2013 para a área.

O quadro 2 apresenta o valor solicitado e o valor da proposta orçamentária para o ano de 2014 para a DIRSEP.

QUADRO 2

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custo)	284.379.920	224.722.932
- Artigos para Confeção, Vestuário, Cama, Mesa, Banho e Cozinha	65.000	65.250
- Utensílios para Refeitório e Cozinha	220.000	187.000
- Material Gráfico e Impressos	2.500.000	2.125.000
- Material para Escritório	2.500.000	2.125.000
- Produtos Alimentícios	1.497.202	1.272.622
- Material Fotográfico, Cinematográfico e de Comunicação	25.000	21.250

- Material de Informática	1.500.000	1.275.000
- Artigos para Limpeza e Higiene	33.000	28.050
- Ferramentas, Ferragens e Utensílios	50.000	42.500
- Material para Manutenção de Veículos Automotores	700.000	595.000
- Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Mat. Permanentes	90.000	76.500
- Combustíveis e Lubrificantes para Veículos Automotores	1.450.048	1.232.540
- Sementes, Mudas e Plantas	30.000	25.500
- Materiais para Acondicionamento e Embalagem	88.000	74.800
- Material Cívico e Educativo	30.000	25.500
- Outros Materiais	74.000	62.900
- Fretamento e Locação	2.000	1.700
- Locação de Serviços Técnicos Especializados	1.150.112	977.595
- Confecção em Geral	8.000	6.800
- Locação de Serviços de Conservação e Limpeza	52.802.036	44.881.731
- Locação de Serviços de Apoio Administrativo	172.451.619	146.583.876
- Transporte e Acondicionamento de Materiais	750.000	637.500
- Publicação e Divulgação	16.980	14.433
- Prêmios de Seguros	350.000	297.500
- Serviço Postal-Telegráfico	23.000.000	19.550.000
- Locação de TV por Assinatura	5.088	4.325
- Locação de Veículos	50.000	42.500
- Reparos de Veículos	2.000.000	1.700.000
- Manutenção, Adaptação e Conserv. De Equip e M. Permanente	150.000	127.500
- Recepções, Hospedagens, Homenagens e Festividades	150.000	127.500

- Multas de Trânsito	15.000	12.750
- Locação de Serviços Gráficos	15.000	12.750
- Serviços de Administração e Gerenciamento de Frotas de Veículos	1.835	1.560
- Serviços de Agenciamento de Viagens	600.000	510.000
- Serviços de Conservação e Limpeza	10.000	8.500
3 - DESPESAS DE CAPITAL (investimentos)	13.740.000	11.694.000
- Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Industrial	750.000	637.500
- Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório	10.000	8.500
- Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de Uso Administr.	2.250.000	1.912.500
- Mobiliário	8.000.000	6.800.000
- Veículos	2.500.000	2.140.000
- Outros Materiais Permanentes	230.000	195.500
TOTAL	278.119.920	236.416.932

4.3 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRFOR

A CI DIRFOR 057/2013, enviada à SEPLAG em 05/07/2013, alterada através do email encaminhado ao CECOEX/SEPLAG em 11/07/2013, trouxe as demandas da Diretoria Executiva de Informática para o ano de 2014.

Seguem considerações da DIRFOR para o pedido de **R\$87.285.737,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais)**:

“CONTEXTUALIZAÇÃO:

A justificativa orçamentária para os projetos de infraestrutura tecnológica da Diretoria Executiva de Informática foi planejada considerando os cenários de disponibilidade prediais atual e futuro.

Em Janeiro de 2013 foi feito um alinhamento junto à Presidência, onde ficou definido que, para a implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do Judiciário Mineiro, diante a indisponibilidade física e estrutural dos nossos Data Centers atuais, a DIRFOR iria contratar o espaço físico em um datacenter externo para hospedar o(s) sistema(s) responsável(is) pelo processo eletrônico.

Dada a diretriz, iniciaram-se os trabalhos de elaboração de um termo de referência para contratação de um datacenter externo. Este foco de trabalho

foi mantido até meados do mês de maio, quando foi aberta a possibilidade da utilização, em curto prazo, de 200 metros quadrados de espaço no datacenter da empresa Oi Telecom.

No cenário anterior, que previa a contratação de datacenter externo, havia a expectativa de uso da infraestrutura da contratada, incluindo equipamentos, software básicos e serviços de suporte, ou seja, estaríamos basicamente contratando o “serviço de hospedagem”. Este tipo de contratação de serviço, onde utilizamos toda infraestrutura da contratada, é denominado pelo mercado de Tecnologia “Hosting”.

No contexto do projeto de Hosting, nós prevíamos inicialmente a instalação do aplicativo do PJe. Além do PJe, ficou definido que tal hospedagem deveria abarcar todos os demais sistemas de processo eletrônico, tais como PROJUDI, THEMIS e THEMIS-II.

Cabe salientar que, ao colocarmos o sistema THEMIS (I e II) em um ambiente externo, todos os demais sistemas da 2ª instância deveriam ser também hospedados de forma unificada, uma vez que eles foram desenvolvidos de forma intrínseca, sem a possibilidade, em curto e médio prazo, de separação.

Com a aquisição do Prédio da Oi e a possibilidade de uso do espaço no datacenter em curto prazo, alterou-se o cenário de contratação de serviços externos, uma vez que estaríamos alojando nossa infraestrutura em um ambiente adequado e definitivo, pois o datacenter da Oi tem uma característica de alta configuração, possuindo toda a estrutura de climatização e energia disponíveis para o atendimento imediato às necessidades do TJMG.

A DIRFOR já definiu junto à Assessoria da Presidência a necessidade de espaço inicial de 200 metros quadrados.

CONSIDERAÇÕES:

Considerando que a proposta inicial da DIRFOR de contratação de datacenter externo foi alterada em função da negociação do uso do datacenter da Oi pelo TJ;

Considerando que a elaboração dos projetos foi alterada completamente, uma vez que o modelo era a contratação de serviço e passou a ser a de aquisição de equipamentos, softwares e serviços agregados;

Considerando que a complexidade destes projetos é alta, pois envolvem um ambiente extremamente complexo, estando a DIRFOR na fase final de desenho de uma arquitetura de solução;

Considerando que a solução determina o custo do projeto e o mesmo se encontra em estágios preliminares, sendo que o custo final será obtido após detalhamento das especificações técnicas;

Solicitamos uma reserva orçamentária no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) em 2014 para conclusão dos projetos de reestruturação e atualização tecnológica, que irão suportar tanto os sistemas de 2ª instância em uso, quanto os sistemas de Processo Eletrônico em desenvolvimento.

Informamos que o valor citado acima foi obtido através de cotações junto aos fornecedores, que utilizaram informações das soluções que ainda estão em elaboração, ou seja, com alto grau de incerteza. (grifo nosso)“

Passemos as considerações sobre o atendimento das demandas:

- 1 . Para 2013, foi concedido inicialmente à DIRFOR um limite de crédito orçamentário de **R\$73.698.125,00** (setenta e três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, cento e vinte e cinco reais). Após ajustes solicitados pela própria área, o limite em 2013 passou a ser de **R\$66.163.472,00** (sessenta e seis milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais).
- 2 . Até junho/2013, a DIRFOR havia executado uma média de **R\$2.728.173,00** (dois milhões, setecentos e vinte e oito mil, cento e setenta e três reais)/mês.
- 3 . Tomando a média mensal de gastos, multiplicando-a por 12 e somando 10% de variação, é possível projetar uma execução orçamentária, em 2013, de **R\$36.011.885,00** (trinta e seis milhões, onze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais).

Este valor corresponde a **54,43%** do valor autorizado para a área em 2013.

Diante das considerações e levando em conta o pleito de reserva orçamentária para os projetos de reestruturação e atualização tecnológica dos sistemas da 2ª Instância, bem como dos sistemas de Processo Eletrônico em desenvolvimento, propomos o atendimento a **100%** dos valores solicitados para o projeto do novo datacenter, ou seja, **R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais)**.

Para as demais demandas, propomos o atendimento de **80%** dos valores solicitados.

O quadro 3 apresenta o valor solicitado e o valor da proposta orçamentária para o ano de 2014 para a DIRFOR:

QUADRO 3

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO: 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	44.847.664	35.998.131
- Material de Informática	54.300	43.440
- Manutenção, Adaptação e Conserv. De Equip e M. Permanente	1.181.391	945.113
- Serviços de Tecnologia da Informação	23.164.701	18.811.761
- Serviços de Informática Executados pela Prodemge	585.827	476.742
- Serviço de Telecomunicação	19.651.345	15.721.076
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	42.838.073	38.030.458
- Serviços de Tecnologia da Informação (Despesa de Capital)	14.919.473	12.735.578
- Equipamentos de Informática	27.718.600	25.294.880
TOTAL AÇÃO 4224	87.285.737	74.028.590

Notas:

1 - Do montante proposto para 2014 na rubrica "Serviços de Tecnologia da Informação", R\$1.400.000,00 se referem a "RESERVA para atualização da infraestrutura tecnológica do novo datacenter do TJMG (equipamentos)", conforme Proposta Orçamentária da DIRFOR 2014.

2 - Do montante proposto para 2014 na rubrica "Serviços de Tecnologia da Informação (Despesas de Capital)", R\$4.000.000,00 se referem a "RESERVA para atualização da infraestrutura tecnológica do novo datacenter do TJMG (Licenciamento de Softwares)", conforme Proposta Orçamentária da DIRFOR 2014.

3 - Do montante proposto para 2014 na rubrica "Equipamentos de Informática", R\$15.600.000,00 se referem a "RESERVA para atualização da infraestrutura tecnológica do novo datacenter do TJMG (equipamentos)", conforme Proposta Orçamentária da DIRFOR 2014.

4.4 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DENGEP

A Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP encaminhou sua proposta orçamentária para 2014 através da CI 256/2013. Os valores estimados pela área levaram em consideração o Plano de Obras, integrante do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O valor total solicitado pela DENGEP atinge o montante de **R\$169.551.068,00** (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e sessenta e oito reais), divididos da seguinte forma:

1 . **R\$59.417.912,00** (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e doze reais) para despesas com custeio e aquisição de materiais permanentes;

2. **R\$110.133.156,00** (cento e dez milhões, cento e trinta e três mil, cento e cinquenta e seis reais) destinados a obras e reformas de unidades prediais do TJMG e a serviços de fiscalização de obras.

Passemos as considerações sobre o atendimento das demandas:

1. No ano de 2013, foi concedido o montante de **R\$45.508.248,00** (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais) para despesas com custeio e material permanente.
2. Considerando a execução orçamentária até junho/2013 **para custeio e material permanente, temos uma projeção de gastos em 2013 de R\$33.389.808,00** (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oito reais). Este número foi obtido tomando-se a média de gastos mensal (R\$2.380.362,00), multiplicada por 12 meses, acrescida de um desvio de 10%.
3. O valor de execução projetado para 2013 representa **76,74%** do valor inicial concedido para a área, para despesas de custeio e aquisição de materiais permanentes.
4. À exceção das despesas com aluguel de imóveis, estima-se que haverá saldo orçamentário, em 2013, em todas as rubricas de custeio e investimento.
5. Diante disso, propomos o atendimento a **80%** do valor inicialmente solicitado pela DENGEP para despesas com custeio e material permanente.
6. Para as despesas com locação de imóveis, propomos o atendimento a **100%** do valor solicitado. Sendo assim, a DENGEP teria como limite para estas despesas o montante total de **R\$49.776.770,00** (quarenta e nove milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta reais), da forma como se segue no quadro 4:

QUADRO 4

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO-1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custelo)	49.568.252	41.639.310
- Material p/ Manutenção e Reparo de Imóveis de Propriedade da Adm.Pública	448.000	358.400
- Material Elétrico	350.000	280.000
- Material para Manutenção e Reparo de Bens de Domínio Público ou de Terceiros	70.000	58.000
- Ferramentas, Ferragens e Utensílios	30.000	24.000
- Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Mat.Permanentes	120.000	96.000
- Material de Segurança, Apetrechos Operacionais e Policiais	30.000	24.000
- Serviços de Consultoria - Pessoa Jurídica	45.000	38.000
- Locação de Serviços Técnicos Especializados	3.000	2.400
- Locação de Bens Imóveis Pessoa Física	4.089.800	4.089.800
- Reparos de Equipamentos, Instalações e Material Permanente	60.000	48.000
- Reparos de Bens Imóveis	250.000	200.000
- Prêmios de Seguros	350.000	280.000
- Tarifa de Energia Elétrica	11.080.000	8.864.000
- Tarifa de Água e Esgoto	3.380.000	2.704.000
- Serviço de Telefonia	110.000	88.000
- Locação de Máquinas e Equipamentos	15.000	12.000
- Locação de Bens Imóveis Pessoa Jurídica	5.833.640	5.833.640
- Manutenção, Adaptação e Conserv. De Equip e M. Permanente	1.985.100	1.588.080
- Reparos de Bens Imóveis	13.718.100	10.974.480
- Serviços de Tecnologia da Informação	230.000	184.000
- Locação de Serviços Gráficos	35.000	28.000
- Taxa de Condomínio	1.195.000	956.000

- Serviço de Telecomunicação	5.599.512	4.479.610
- Serviços Sanitários e Tratamento de Resíduos	8.000	6.400
- Outros Serviços Pessoa Jurídica	28.000	22.400
- Obrigações Tributárias e Contributivas	505.000	404.000
3 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	5.561.000	6.848.800
- Equipamentos de Comunicação e Telefonia	375.000	300.000
- Equipamentos de Som, Vídeo, Fotográficos e Cinematográficos	700.000	560.000
- Ferramentas, Equipamentos e Instrumentos para Oficina, Medição e Inspeção	10.000	8.000
- Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de Uso Administ.	1.096.000	876.800
- Mobiliário	150.000	120.000
- Equipamentos de Segurança Eletrônica	5.680.000	4.528.000
- Outros Materiais Permanentes	570.000	456.000
SUB-TOTAL AÇÃO 4224	58.129.252	48.488.110
II - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4117 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	1.288.660	1.288.660
- Locação de Bens Imóveis Pessoa Física	688.300	688.300
- Locação de Bens Imóveis Pessoa Jurídica	802.360	802.360
SUB-TOTAL AÇÃO 4117	1.288.660	1.288.660
TOTAL (I+II)	59.417.912	49.776.770

7. Com relação às despesas com obras e reformas consignadas na Ação 2117 – Construção, Reforma e Aquisição de Unidades Prediais do Tribunal de Justiça, fazemos uma análise histórica da execução orçamentária da ação, apresentada no quadro 5:

QUADRO 5

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2008-2012 - OBRAS					
Ano	Código Ação	Ação Orçamentária	Valor Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Porcentagem Despesa Executada
2008	1235	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	42.993.905,00	23.982.642,19	55,78%
	1236	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	60.079.206,00	1.667.189,04	2,77%
			103.073.111,00	25.649.831,23	24,89%
2009	2117	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	92.850.000,00	82.710.458,28	89,08%
	2116	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	59.835.000,00	0,00	0,00%
			152.685.000,00	82.710.458,28	54,27%
2010	2117	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	80.030.000,00	44.411.490,33	55,49%
			80.030.000,00	44.411.490,33	55,49%
2011	2117	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	100.620.752,00	66.773.641,47	66,36%
			100.620.752,00	66.773.641,47	66,36%
2012	2117	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	103.141.346,00	59.081.782,26	57,28%
			103.141.346,00	59.081.782,26	57,28%

FONTE: 2008 A 2009 - ARMAZÉM DE INFORMAÇÕES DO SIAFI MG; 2010 A 2012 - PORTAL DO SIGPLAN - RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TJMG

Notas: 1 - Em 2009, o valor da despesa realizada na Ação 2117 compreende o montante de R\$70.762.607,69 referente a aquisição do prédio da Unidade Raja Gabaglia, em Belo Horizonte (Inversão Financeira)

2 - O "Valor Crédito Autorizado" compreende as possíveis suplementações ou anulações ocorridas no ano em análise

8. Observe-se no quadro 5 que, em 2011, esta Ação obteve o maior marco de execução financeira, atingindo a 66,36% do orçamento aprovado. A média de execução nos últimos 5 anos foi 51,64%. Diante disso e considerando as licitações a serem homologadas em 2013, que produzirão reflexos no orçamento de 2014, propomos o atendimento a **80%** do valor solicitado para a Ação 2117 – Construção, Reforma e Aquisição de Unidades Prediais do Tribunal de Justiça, ou seja, **R\$88.106.525,00 (oitenta e oito milhões, cento e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**.

O quadro 7 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a Ação 2117 para a DENGEP:

QUADRO 6

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2117 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custas)	950.000	760.000
- Serviços de Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Obras	950.000	760.000
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Obras)	109.183.156	87.346.525
- Obras e Instalações	109.183.156	87.346.525
TOTAL	110.133.156	88.106.525

Abaixo, apresentamos o quadro 8 com as obras previstas para o ano de 2014:

QUADRO 7

OBRAS E REFORMAS - PLANO INSTITUCIONAL DE CONSTRUÇÕES E REFORMAS
Obras em execução:
Contagem - Novo Fórum
Diversas Comarcas - Reforma geral e acessibilidade
Frutal - Reforma geral e ampliação do Fórum
Itabira - Novo Fórum
São Sebastião do Paraíso - Novo Fórum
Ubá - Novo Fórum
Uberaba _ Obra Civil (CT 036/10 - Obra Paralisada)
Uberlândia _ Obra Civil (CT 602/10 - Obra Paralisada)
Uberlândia _ Ar Condicionado Central do Novo Fórum
Uberlândia _ Elevadores
Obras em licitação/ contratação:
BH / Anexos I e II - Fornecimento e instalação divisórias em vidro temperado
BH / Fórum Lafayette - Troca de Elevadores
BH / Fórum Lafayette - Cobertura, caixas d'água, rede hidráulica horizontal
BH / Unid. Francisco Sales - Modernização Elevadores
BH / Unid. Francisco Sales - Reforma para instalação de JESP
Carlos Chagas _ Troca de padrão de entrada de energia
Coromandel - Novo Fórum
Diversas Comarcas - Projetos para acessibilidade
Diversas Comarcas _ Projetos p/ construções, reformas e ampliações
Divinópolis - Novo Fórum
Itaúna _ Adaptação do fórum com a saída de setores e acessibilidade
Patos de Minas - Novo Fórum
Ribeirão das Neves - Novo Fórum
Taiobeiras - Novo Fórum
Varginha - JESP _ Ocupação do segundo pavimento
Vazante - Novo Fórum

Construções e Reformas Previstas
Eugenópolis - Reforma geral e ampliação
Caratinga - Novo Fórum
Itaguara - Reforma parcial e acessibilidade
Jequeri - Reforma parcial e acessibilidade
Manhuaçu - Novo Fórum
Uberada _ Obra Civil _ Retomada da construção (nova contratação)
Uberlândia _ Obra Civil _ Retomada da construção (nova contratação)
Belo Horizonte
BH / Data Center - Elaboração de projetos executivos
BH / Fórum Lafayette _ Nova infraestrutura elétrica para elevadores
BH / Palácio da Justiça - Anteprojeto de restauração
Diversas Comarcas
Diversas Comarcas (inclusive BH) - Mudança layout, instalações elétricas, voz e dados
Diversas Comarcas - Reforma da entrada energia e quadros elétricos
Diversas Comarcas - Acréscimo de pontos para rede de informática
Diversas Comarcas - Implantação de sistema de segurança em 07 comarcas
Diversas Comarcas - CEJUS - Implantação em 07 comarcas
Reformas / Instalações / Layout / Projetos / Serviços e Obras Emergenciais
BH / Div. prédios _ Reformas / Instalações / Alterações Layout / Obras Emergenciais
Div. Comarcas / Div. prédios _ Reformas / Instalações / Alterações Layout / Obras Emergenciais
Div. Comarcas / Diversos prédios _ Acessibilidade
Div. / Diversos prédios _ Projetos

4.5 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA ASCOM

A CI ASCOM 150/2013 informa as demandas orçamentárias da Assessoria de Comunicação Institucional para o ano de 2014. A área solicitou o montante de **R\$3.109.400,00 (três milhões, cento e nove mil, quatrocentos reais)**.

Passemos as considerações sobre o atendimento das demandas:

1 . Em 2013, o limite orçamentário concedido a ASCOM foi de **R\$2.740.698,00** (dois milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e oito reais). Até junho/2013, foi executada uma média mensal de **R\$68.822,00** (sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois reais).

2 . Essa média, multiplicada por 12 e acrescida de 10%, nos leva a uma projeção de despesa realizada em 2013 no montante de **R\$908.453,00** (novecentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais). Este valor representa 33,15% do valor inicial concedido à ASCOM.

Considerando-se a expectativa de eventos e atividades a serem desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação em 2014, bem como a manutenção dos atuais contratos de prestação de serviços e licitações a serem homologadas em 2013, que produzirão reflexos no orçamento de 2014, propomos o atendimento de 50% dos valores estimados nas rubricas "Recepção, Hospedagens, Homenagens e Festividades" e "Cursos, Exposições, Congressos e Conferências".

O quadro 8 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a ASCOM:

QUADRO 8

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	3.109.400	2.604.900
- Material para Escritório	38.000	38.000
- Outros Materiais	23.000	23.000
- Prêmios, Diplomas, Condecorações e Medalhas	87.400	87.400
- Fornecimento de Alimentação	60.000	60.000
- Publicidade	595.000	595.000
- Recepções, Hospedagens, Homenagens e Festividades	830.000	415.000
- Cursos, Exposições, Congressos e Conferências	179.000	89.600
- Locação de Serviços Gráficos	380.000	380.000
- Eventos de Comunicação Institucional	330.000	330.000
- Serviços de Pesquisa de Opinião	200.000	200.000
- Outros Serviços Pessoa Jurídica	387.000	387.000
TOTAL	3.109.400	2.604.900

4.6 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRFIN

A proposta orçamentária da DIRFIN - CI DIRFIN 27/2013 compreende demandas de diversas áreas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dentre elas podemos citar, a título de exemplo, AGIN, DIRSUP, MEJUD, SEPAC, SEPAD. Entre essas demandas estimamos o processamento de diárias, reembolso de transportes, despesas miúdas de pronto pagamento, verbas indenizatórias a oficiais de justiça, entre outras. As diárias constantes na proposta da DIRFIN não se referem a cursos sendo essas processadas na DIRDEP.

Ressalte-se que, até junho/2013, a DIRFIN executou uma média de **R\$2.876.067,00** (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, sessenta e sete

reais)/mês. Este valor nos leva a uma projeção de despesa realizada, em 2013, de **R\$37.964.087,00** (trinta e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e oitenta e sete reais), considerando-se uma variação de 10% para mais no valor da despesa média mensal. Este valor representa **90,49%** do valor disponibilizado para a área em 2013, de **R\$41.956.199,00** (quarenta e um milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e nove reais).

Diante disso e considerando o relevante número de pedidos de diárias estimados para o próximo ano, propomos para 2014 o atendimento a **100%** do valor solicitado pela área, isto é, **R\$60.635.588,00** (sessenta milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais).

O quadro 9 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a DIRFIN:

QUADRO 9

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	10.424.260	10.424.260
- Diárias-Civil	2.835.000	2.835.000
- Diárias a Colaboradores Eventuais	60.000	60.000
- Eventual de Gabinete	60.000	60.000
- Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	4.000.000	4.000.000
- Outras Despesas Pagas à Pessoa Física	5.000	5.000
- Encargos Financeiros	1.008.000	1.008.000
- Anuidades	2.500	2.500
- Obrigações Tributárias e Contributivas	750.000	750.000
- Auxílio-Transporte / Desp. de Transporte devida a Servidores dos Poderes do Estado	770.000	770.000
- Restituição de Receita - Exercício Anterior	873.905	873.905
- Indenizações Determinadas Por Decisões Judiciais	69.855	69.855
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	15.000	15.000
- Obrigações Tributárias e Contributivas	15.000	15.000
TOTAL AÇÃO 4224	10.439.260	10.439.260
II - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4880 - DILIGÊNCIAS JUDICIAIS EM FEITOS AMPARADOS PELA JUSTIÇA GRATUITA E PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	60.196.328	60.196.328
- Auxílio-Transporte / Desp. de Transporte devida a Servidores dos Poderes do Estado	60.196.328	60.196.328
TOTAL AÇÃO 4880	60.196.328	60.196.328
TOTAL (I + II)	60.635.588	60.635.588

Destaca-se que a despesa estimada na rubrica “Auxílio-Transporte / Despesa de Transporte devida a Servidores dos Poderes do Estado”, para o pagamento de verbas indenizatórias a Oficiais de Justiça, será custeada, em parte, com recursos de convênios firmados com os seguintes órgãos:

- 1 . COREN/MG – Conselho Regional de Enfermagem – **Valor: R\$60.000,00**
- 2 . CRM/MG – Conselho Regional de Medicina – **Valor: R\$30.000,00**
- 3 . CRMV/MG – Conselho Regional de Medicina Veterinária – **Valor: R\$30.000,00**
- 4 . Possíveis Convênios a serem firmados em 2014 com órgãos federais – **Valor: R\$60.000,00**
- 5 . FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente – **Valor: R\$30.000,00**
- 6 . IEF – Instituto Estadual de Florestas – **Valor: R\$960.000,00**
- 7 . IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária – **Valor: R\$120.000,00**
- 8 . IPEM – Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – **Valor: R\$60.000,00**
- 9 . Órgãos Municipais (DMAE/Barbacena; DMAE/Uberlândia; Município de Baependi, Município de Belo Horizonte; Município de Carandaí; Município de Contagem; Município de Curvelo; Município de Divinópolis; Município de Governador Valadares; Município de Itaúna; Município de Jacutinga; Município de Lagoa Santa; Município de Monte Sião; Município de Oliveira; Município de Ouro Preto; Município de Pouso Alegre; Município de Sete Lagoas; Município de Timóteo; Município de Três Pontas; Município de Uberaba; Município de Uberlândia; Município de Varginha; Município de Viçosa; Outros Municípios) – **Valor: R\$3.088.800,00.**

4.7 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRGED

A CI DIRGED 27/2013, encaminhada à SEPLAG em 08/07/2013, retrata a demanda orçamentária da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental para o ano de 2014.

O pedido total da Diretoria é de **R\$11.665.000,00** (onze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais). A área solicitou, além do informado acima, o valor de **R\$210.000,00** (duzentos e dez mil reais) para aquisição de material de consumo, mobiliário e equipamentos de informática. Essas demandas devem ser submetidas às áreas responsáveis (DIRSEP e DIRFOR) para que se manifestem sobre a possibilidade de atendimento, no próximo ano.

Passemos as considerações sobre o atendimento das demandas da DIRGED:

- 1 . Até junho/2013, a DIRGED executou uma média mensal de **R\$95.896,00** (noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais). O limite inicial concedido a esta Diretoria, para 2013, foi de **R\$5.273.000,00** (cinco milhões, duzentos e setenta e três mil reais).

2 . Multiplicando a média mensal de gastos por 12 meses e adicionando-se um percentual de variação de 10%, teríamos, em 2013, uma expectativa de execução orçamentária de **R\$1.265.830,00** (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais). Este valor representa **24,01%** do valor inicial.

3 . Do montante total solicitado pela área para 2014, **R\$5.000.000,00** (cinco milhões de reais) se referem a *“contratação de serviços técnicos especializados para realizar tratamento arquivístico de aproximadamente 1.000.000 (um milhão) de processos judiciais baixados ao arquivo”*. Conforme citado na CI 27/2013, trata-se de *“extensão da iniciativa 12 do Planejamento Estratégico do TJMG”*.

4 . Do valor total solicitado, temos também que **R\$4.000.000,00** (quatro milhões de reais) se referem à aquisição de mobiliário (estanterias) para o Galpão Camargos.

5 . Observe-se, então, que **R\$9.000.000,00** (nove milhões de reais) se referem a novos investimentos da área para o ano de 2014. O restante (**R\$2.665.000,00**) se refere à manutenção de contratos, aquisição de livros técnicos e outras despesas afetas à DIRGED.

Diante disso, propomos o atendimento a **80%** do valor total solicitado para os novos investimentos. Este valor corresponde a **R\$7.200.000,00** (sete milhões e duzentos mil reais). Com relação às demais despesas, sugerimos o atendimento a **100%** dos valores solicitados, considerando-se a manutenção dos atuais contratos de prestação de serviços, que produzirão reflexos também no orçamento de 2014.

O quadro 10 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a DIRGED:

QUADRO 10

1 - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (custeio)	7.485.000	6.485.000
- Livros Técnicos	220.000	220.000
- Assinaturas de Jornais, Revistas e Periódicos	315.000	315.000
- Locação de Máquinas e Equipamentos	30.000	30.000
- Locação de Serviços Gráficos	90.000	90.000
- Outros Serviços Pessoa Jurídica	6.830.000	5.830.000
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	4.180.000	3.380.000
- Mobiliário	4.000.000	3.200.000
- Coleção e Materiais Bibliográficos	180.000	180.000
TOTAL AÇÃO 4224	11.665.000	9.865.000

NOTAS:

1 - Do montante proposto para 2014 na rubrica "Outros Serviços Pessoa Jurídica", R\$4.000.000,00 se referem a 80% do valor total solicitado para a contratação de serviços técnicos especializados para realizar tratamento arquivístico de aproximadamente 1.000.000 de processos judiciais baixados.

2 - O montante total proposto para 2014 na rubrica "Mobiliário" se refere a 80% do valor total solicitado para a aquisição de estanterias para o Galpão Camargos.

4.8 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA AGIN

A AGIN encaminhou sua proposta orçamentária por email, em 09/07/2013. Anterior a esta data, foi realizada reunião com a Assessoria de Gestão da Inovação para que fossem esclarecidas as demandas para o ano de 2014 referentes a implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUS/MG, conforme Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A revisão do Planejamento Estratégico do TJMG contemplou iniciativa denominada “Implantação dos Centros Judiciários” que, por sua vez, assimilará outras iniciativas associadas aos trabalhos da 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça.

Os Projetos “Central de Conciliação”, “Juizados de Conciliação”, “Mediação de Conflitos Familiares”, “Magistrado Conciliador” e “Análise Básica do Conflito (ABC)” não serão excluídos do Planejamento Estratégico Institucional, mas serão absorvidos pelo novo Projeto “Implantação dos Centros Judiciários”.

Para 2014, a AGIN estimou a instalação dos CEJUS em 80 comarcas do interior e a ampliação em Belo Horizonte. Para isso, a área solicita:

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUS-MG (Determinação do CNJ – Resolução nº 125, de 2010)	
Locação de bens imóveis	40 imóveis
Alteração de layout, adequação dos Imóveis, acessibilidade, reparos	80 centros
Informática	Computadores, impressoras, estrutura de rede e comunicação de dados para 40 Centros
Mobiliário	Para 40 Centros
Recursos Humanos	Criação de 200 vagas para estagiários e contratação de terceirizados para 40 Centros
Sensibilização / Capacitação	Curso para Coordenadores dos Centros Conciliadores/Mediadores
Público alvo	Magistrados, servidores, estagiários e voluntários (capital e interior) que tiverem a inscrição deferida
Diárias	300 magistrados e 480 servidores
Transporte	3 instrutores para cada curso, totalizando 40

	cursos + deslocamento de servidores
Honorários de instrutor	40 horas x 20 cursos= 800 horas aula 16 horas x 10 cursos= 160 horas aula 24 horas x 10 cursos= 240 horas aula
Participação em seminários, conferências, cursos, congressos e afins	Taxa de inscrição, diárias e transporte para servidores da 3ª Vice e dos Centros Judiciários
Realização de seminário sobre o funcionamento dos Centros	Diária e transporte para 300 pessoas e despesas com diárias e deslocamento de palestrantes

A AGIN prevê ainda a ampliação em Belo Horizonte do Projeto “Justiça Restaurativa”, bem como a instalação em 10 comarcas de maior movimento forense. Para isso, solicita:

JUSTIÇA RESTAURATIVA (Determinação do CNJ – Resolução nº 125, de 2010, com a redação dada pela Emenda 01, de 2013)	
Ampliar em BH e instalar em 10 comarcas de maior movimento forense	Sensibilização, capacitação e supervisão
Público alvo	Magistrados, servidores (capital e interior), representantes do MP, da Defensoria Pública e outras instituições
Diárias	30 magistrados e 30 servidores
Transporte	30 magistrados e 30 servidores
Honorário de instrutor / Servidor ou palestrante externo:	90.000,00
Período:	1º e 2º semestre

Seminário	
Público alvo:	Magistrados, servidores (capital e interior), representantes do MP, da Defensoria Pública e outras instituições
Diária	200 pessoas
Transporte	200 pessoas
Honorário, despesa de deslocamento e hospedagem de palestrantes	50.000,00
Período	2º semestre

Para o Projeto "Equipes de Apoio 1ª Instância", A AGIN fez a seguinte programação:

PROJETO EQUIPES DE APOIO 1ª INSTÂNCIA	
(Atendimento à Meta 2 da Resolução nº 70, de 2009, do CNJ)	
	Capacitação
Público alvo	Magistrados e servidores
Honorário de instrutor	10.000,00
Diária e transporte	20 servidores
Hora extra para servidores da 1ª Instância já selecionados pelo Edital 01/2009	20 servidores
Período	Durante todo o ano
	Capacitação em metodologia de gestão, BSC, PMBOX e Gestão de Projetos
Público alvo:	Servidores da 3ª Vice
Honorário de instrutor / Servidor:	40.000,00

Período:	abril
	Curso para Integrantes das Equipes de Apoio (módulo comportamental e técnico-operacional) 2ª Instância
Público alvo:	Servidores selecionados
Hora extra	20
Honorário de instrutor/Servidor:	40 horas aula
Período:	abril (1 curso)

Finalmente, a AGIN propõe para 2014:

	Mutirão
Público alvo:	Magistrados e servidores
Diárias	2 magistrados e 4 servidores x 5 dias x 10 mutirões
Transporte:	2 magistrados e 4 servidores (ida e volta para 10 mutirões)
Período:	Fevereiro a novembro (10 mutirões)
	Participação em seminários, congressos, workshop, visitas técnicas, cursos e reuniões externas
Público alvo	Magistrado e servidores da 3ª Vice Juizes e servidores da 1ª Instância que atuam nos CEJUS-MG/Justiça Restaurativa
Diárias	50 diárias
Transporte:	ida e volta para 10 viagens
Taxa de inscrição:	Para 10 eventos
Período:	Janeiro a dezembro
	Material promocional dos diversos projetos

	inovadores
Público alvo:	Público interno e externo
Cartaz/folder/cartilha:	50.000
Camiseta/sacola/outros:	30.000
Produção de vídeo:	1 vídeo sobre Centros Judiciários e Justiça Restaurativa
Propagandas:	Para os Centros Judiciários e para a Justiça Restaurativa
Período:	Janeiro a dezembro

Diante dessas solicitações, a proposta da SEPLAG é de inclusão de uma Ação Orçamentária no ano de 2014 que reflita as atividades desenvolvidas pela Assessoria de Gestão da Inovação. Essa Ação poderá ser denominada “Ações de fomento à acessibilidade, à celeridade e à pacificação social” e abrangerá todos os projetos com objetivos associados à conciliação pré-processual.

O produto sugerido para essa Ação é “número de audiências de conciliação realizadas”. Em 2014, a previsão da AGIN é da realização de 77.326 audiências processuais e pré-processuais, a serem realizadas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Do ponto de vista orçamentário, é necessário traçarmos algumas considerações:

1. As demandas por **Diárias** continuarão a ser processadas no orçamento alocado para a DIRFIN. Eventuais deficiências de crédito alocado na rubrica de Diárias serão avaliadas no decorrer do ano de 2014.
2. As demandas que envolvam **Transporte**, sendo **Reembolso de Transporte (combustíveis)**, poderão ser processadas dentro do recurso reservado à DIRFIN para o pagamento de despesas com reembolso. Da mesma forma, eventuais deficiências de crédito alocadas na rubrica de Reembolso de Despesas e Indenização de Transporte serão avaliadas no decorrer do ano de 2014.
3. A demanda por **Estagiários** para os Centros Judiciários, bem como a contratação de novos **Terceirizados**, deverá ser avaliada com a DIRDEP e com a DIRSEP, respectivamente.

4 . As demandas por **Horas-Extras** deverão ser processadas na Folha de Pagamento de Pessoal e deverão ser atendidas dentro da política de pagamento de Horas Extras definida pelo Tribunal de Justiça para o ano de 2014.

5 . As demandas que envolvam o pagamento de **Honorários de Servidores** deverão ser processadas na Folha de Pagamento de Pessoal. Os Honorários que não se refiram a servidores (**Instrutores Contratados**) serão processados em rubrica própria, alocada na Ação Orçamentária "Ações de fomento à acessibilidade, à celeridade e à pacificação social".

6 . As demandas de locação de imóveis, alteração de layout, equipamentos de informática, mobiliário, cursos (seminários, conferências, congressos), cartilhas e outros materiais de divulgação serão alocadas em orçamento próprio da AGIN, a ser destacado na Ação Orçamentária "Ações de fomento à acessibilidade, à celeridade e à pacificação social".

O quadro 11 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a AGIN:

QUADRO 11

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: XXXX - AÇÕES DE FOMENTO À ACESSIBILIDADE, À CELERIDADE E À PACIFICAÇÃO SOCIAL	
GRUPO DE DESPESA	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	802.000
- Outros Materiais	80.000
- Serviços de Consultoria - Pessoa Física	46.000
- Locação de Serviços Técnicos Especializados	6.000
- Locação de Bens Imóveis (Pessoa Física)	180.000
- Conferências e Exposições	140.000
- Recepções, Hospedagens, Homenagens e Festividades	60.000
- Locação de Bens Imóveis (Pessoa Jurídica)	100.000
- Reparos de Bens Imóveis	200.000
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	160.000
- Equipamentos de Informática	60.000
- Mobiliário	100.000
TOTAL	962.000

Nota:

1 - Os valores propostos nas rubricas "Serviços de Consultoria - Pessoa Física" e na rubrica de "Locação de serviços técnicos especializados" se referem a parcela a ser desembolsada em 2014 do Contrato firmado com Mônica Maria Ribeiro Mumme para a prestação de serviços de consultoria Projeto Justiça Restaurativa

Destaca-se, ainda, que a DENGEP previu em seu orçamento uma reserva orçamentária de **R\$840.000,00** (oitocentos e quarenta mil reais), para o ano de 2014, na Ação Orçamentária Construção, Reforma e Aquisição de Unidades Prediais do Tribunal de Justiça, para atendimento aos Centros Judiciários em 7 Comarcas do Estado.

4.9. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA NOVOS RUMOS

A proposta orçamentária do Programa Novos Rumos foi encaminhada via email em 15/07/2013 à SEPLAG/CECOEX. Compreende demandas de **Cursos de Formação de Gestores e Multiplicadores do Método APAC e despesas com livros sobre o Programa**. Os cursos, segundo informações do Programa Novos Rumos, não possuem parceria com a EJEF uma vez que os treinandos não são servidores ou magistrados do quadro do TJMG. São dirigentes, funcionários e voluntários das APAC's. As demandas de diárias serão atendidas dentro da previsão orçamentária da DIRFIN.

Para o ano de 2014, propõe-se o atendimento integral dos valores solicitados pela área, no montante de **R\$203.500,00** (duzentos e três mil e quinhentos reais).

O quadro 12 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para o Programa Novos Rumos:

QUADRO 12

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	203.500	203.500
- Outros Materiais	100.000	100.000
- Conferências e Exposições	13.500	13.500
- Fornecimento de Alimentação	30.000	30.000
- Recepções, Hospedagens, Homenagens e Festividades	60.000	60.000
TOTAL AÇÃO 4224	203.500	203.500

4.10. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA MEJUD

A proposta orçamentária da MEJUD, para o ano de 2014, totalizou R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais). Contudo, a maior parte das solicitações podem ser avaliadas por outras áreas quanto a possibilidade de atendimento à demanda.

No ano de 2013, foi concedido à MEJUD o montante de **R\$100.000,00** (cem mil reais) e, até junho/2013, a área havia executado uma despesa de R\$960,00 (novecentos e sessenta reais), ou seja, 0,96% de seu orçamento.

Propomos, para o ano de 2014, que as demandas da MEJUD sejam avaliadas pontualmente.

4.11. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA SEPAC

A SEPAC – Secretaria de Padronização, Suporte ao Planejamento e à Ação Correlacional encaminhou sua proposta orçamentária à SEPLAG/CECOEX via email, em 04/07/2013, com ajustes efetuados em 12/07/2013.

São propostas da SEPAC para 2014:

- 1 . Realização de **5.000 perícias** paralisadas em processos da assistência judiciária, a um valor de R\$1.000,00 cada perícia, segundo o CNJ. Valor total previsto: **R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**.
- 2 . Locação de Serviços Gráficos para confecção de 120.000.000 (cento e vinte milhões) de **selos físicos de fiscalização** dos serviços notariais. Valor total previsto: **R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**.
- 3 . Realização de eventos comemorativos da Corregedoria com entrega de **medalhas de honra ao mérito**, com a outorga da Medalha “Ruy Gouthier de Vilhena” aos condecorados.
- 4 . **Realização de Encontros** da Corregedoria e Colégio de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil, com demanda de **diárias** para os juízes participantes.
- 5 . **Treinamento** de servidores da Corregedoria e das Varas Judiciais para fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro do Estado, com demanda de **diárias e horas extras** para servidores.
- 6 . **Treinamento** de servidores das Varas Judiciais na padronização de rotinas de trabalho das secretarias de juízo, com demanda de **diárias e horas extras** para servidores.
- 7 . **Treinamento** à distância para servidores contadores judiciais, sem previsão de demanda financeira.

8 . Realização de cursos de aperfeiçoamento para servidores e gestores da Corregedoria, sem previsão de demanda financeira.

9 . Contratação de **50 profissionais terceirizados** para a implantação do Processo Judicial Eletrônico.

10 . **Fiscalização dos serviços notariais** e de registro do Estado de Minas Gerais, com demanda de **diárias e horas extras**.

11 . **Orientação dos serviços judiciais** e sistemas informatizados da 1ª Instância, com demanda de **diárias e horas extras**.

12 . **Plano de Expansão do Selo de Fiscalização Eletrônico** para os 3.000 serviços notariais e de registro do Estado, com demanda de **diárias e horas extras**.

13 . **Fiscalização do Foro Judicial** – Comarcas/Varas da 1ª Instância, com demanda de **diárias e horas extras**.

14 . **Ação disciplinar / Sindicâncias / Processos Administrativos Disciplinares** em Comarcas do interior do Estado, com demandas de **diárias e horas extras**.

Passemos as considerações sobre o atendimento das demandas:

1 . Reserva orçamentária no montante de **R\$9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais)** para atendimento às **demandas de número 1 e 2**, citadas anteriormente.

2 . A **demanda número 3** da SEPAC consta da programação orçamentária da ASCOM para 2014.

3 . As **demandas 4, 5, 6, 7 e 8** são atividades a serem desenvolvidas com o apoio da EJE/DIRDEP, uma vez que se referem a encontros, treinamentos e capacitação de servidores e magistrados. Informamos que a DIRDEP comunicou a SEPLAG/CECOEX quanto à inclusão de demandas da SEPAC em seu orçamento, com vistas a atender as atividades programadas para 2014 pela Corregedoria.

4 . A **demanda número 9** da SEPAC causa impacto no orçamento destinado à DIRSEP. O aumento do quantitativo de profissionais terceirizados deve ser avaliado com a DIRSEP.

5 . As **demandas 10, 11, 12, 13 e 14** causam impacto no orçamento destinado à DIRFIN. A previsão para 2014 realizada pela DIRFIN se deu em valor idêntico ao de 2013. Eventuais deficiências de crédito alocado na rubrica de Diárias serão avaliadas no decorrer do ano de 2014.

6 . Todas as demandas que ofereçam impacto na rubrica de **Horas Extras** deverão ser avaliadas conforme a política definida pela Casa para o processamento destas despesas em 2014.

O quadro 13 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a SEPAC:

QUADRO 13

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	9.800.000	9.800.000
- Serviços Gráficos de Segurança	4.800.000	4.800.000
- Outros Serviços Pessoa Jurídica	5.000.000	5.000.000
TOTAL AÇÃO 4224	9.800.000	9.800.000

Vale destacar que o valor alocado na rubrica "Serviços Gráficos de Segurança" se refere a confecção dos selos de fiscalização dos serviços notariais. O valor é 2,21 vezes superior ao valor alocado em 2013 na mesma rubrica em virtude das alterações na Lei Estadual 15.424/2004, que rege a cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária. Essas alterações criam a possibilidade de cobrança de novos atos até então não previstos. Exemplo disso é a hipótese de que em um único registro de arquivo morto pode-se utilizar mais de 1.000.000 (um milhão) de selos de fiscalização.

4.12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA ASPREC E CEPREC

A proposta da ASPREC/CEPREC para o próximo ano se balizou em estudo realizado no ano de 2012 e aprovado no Planejamento Estratégico do TJMG, cujo objetivo é "atender às demandas que integram a rotina dos setores de precatórios, assim como atividades sazonais e cíclicas executadas por estes, comparando a demanda com a estrutura de recursos humanos, maquinário e Sistema Informatizado".

Algumas conclusões apontadas pelo estudo produzem reflexos diretos no orçamento do Tribunal de Justiça. Podemos elencar:

- 1 . Aumento do número de servidores efetivos com reestruturação dos quadros, através do **Ajuste de Estrutura**;
- 2 . Contratação temporária de servidores terceirizados;
- 3 . Realização de melhorias no Sistema de Gestão de Precatórios;
- 4 . Criação de subsetores, integrantes da ASPREC e à CEPREC;
- 5 . Digitalização de precatórios;
- 6 . Espaço físico e rede para computadores;
- 7 . Renovação de maquinário de informática e atualização de rede.

Com relação ao **Ajuste de Estrutura**, o estudo apontou para a **ASPREC**:

- 1 . Necessidade de criação de 1 cargo de Diretor Executivo ou Assessor Jurídico do Presidente ou Assessor Especial II;
- 2 . Transformação de 1 cargo de Assessor Jurídico I em 1 cargo de Assessor Jurídico II;
- 3 . Manutenção do cargo de Assessor Técnico II;
- 4 . Necessidade de 1 Oficial Judiciário; 1 Assistente Técnico de Controle Financeiro; 4 Técnicos Judiciários; 1 Técnico Judiciário Especialidade Contador.
- 5 . Alteração de 1 cargo de secretária (terceirizada) para 1 cargo de assistente executiva (terceirizada).
- 6 . Necessidade 1 estagiário em direito e 1 estagiário em área contábil.

O estudo apontou para a CEPREC:

- 1 . Necessidade de criação de 1 cargo de Diretor Executivo ou Diretor de Secretaria ou Assessor Especial II;
- 2 . Transformação de 1 cargo de Assistente Técnico de Precatórios em 1 cargo de Assessor Técnico II;
- 3 . Criação de 1 cargo de Assistente Técnico II;
- 4 . Necessidade de 12 Assistentes Técnicos de Controle Financeiro; 1 Técnico Judiciário; 2 Técnicos Judiciários Especialidade Contador.

O acréscimo relativo aos **recursos humanos** está sendo estudado pela SEPLAG, sendo que o provimento de cargos efetivos concorrerá com a demanda de outras unidades, dentro do quantitativo que venha a comportar cada orçamento anual; os demais, cargos em comissão, serão objeto de anteprojeto de lei, a ser proposto pela SEPLAG com a possível urgência e, caso aprovado pelos escalões superiores, encaminhado à Assembleia Legislativa.

As demanda por **diárias**, elencadas pela ASPREC/CEPREC em sua proposta orçamentária para o ano de 2014, serão atendidas dentro do orçamento destinado à DIRFIN. A previsão para o próximo ano, realizada pela DIRFIN, se deu em valor idêntico ao de 2013. Eventuais deficiências de crédito alocado na rubrica de Diárias serão avalladas no decorrer do ano de 2014.

4.13. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIRSUP

A proposta orçamentária da DIRSUP para 2014, encaminhada em 27/06/2013, retratou a necessidade de pagamentos com **diárias e verbas de gabinete**. Essas demandas serão atendidas dentro do orçamento destinado à DIRFIN. Eventuais deficiências de crédito alocados nas rubricas serão avalladas no decorrer do ano de 2014.

4.14 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DIJESP

A proposta orçamentária da DIJESP para 2014, encaminhada em 03/07/2013, demandou para 2014:

- 1 . Criação de Secretarias para as Turmas Recursais em diversas comarcas com distribuição superior a 700 processos por ano, com a respectiva necessidade de espaço físico, servidores, estagiários, computadores e rede para computadores;
- 2 . Criação de Unidade Jurisdicional de Juizado Especial com cargo de Juiz de Direito em diversas comarcas, com a respectiva necessidade de espaço físico, juizes, servidores, estagiários, computadores e rede para computadores, treinamento para servidores;
- 3 . Designação de cargos para as Unidades Jurisdicionais de comarcas diversas, conforme previsto no artigo 51 da Lei Complementar 105/2008, que alterou a Lei de Organização Judiciária;
- 4 . Instalação de cargos de juiz em comarcas diversas, conforme autorização da Resolução 700/2012 – JESP Fazenda;
- 5 . Instalação de Unidades Jurisdicionais e de Cargos dos Juizados Especiais da Fazenda Pública em comarcas cuja instalação não se efetuou em 2013;
- 6 . Criação de mais de 300 vagas de estagiário para os Juizados Especiais;
- 7 . Verba para pagamento de gratificação aos juizes componentes das turmas recursais;
- 8 . Continuidades de obras de reforma do prédio do JESP da Avenida Francisco Sales;
- 9 . Reforma do prédio do antigo JESP do Consumo da Rua Curitiba, em Belo Horizonte, que abrigará a Central de Atermação e Distribuição dos Juizados Especiais;
- 10 . Construção de Anexo no prédio do Juizado Especial Criminal da Capital;
- 11 . Reforma e construção dos prédios dos Juizados Especiais do Interior;
- 12 . Adequação de prédios que abrigam os Juizados Especiais em diversas comarcas;
- 13 . Realização de Cursos e Encontros.

As demandas por **recursos humanos** passarão por estudo a ser conduzido pela SEPLAG, sendo que o provimento de cargos efetivos (magistrados e servidores) concorrerá com a demanda de outras unidades, dentro do quantitativo que venha a comportar cada orçamento anual, em consonância com o Plano de Instalação de Varas. As demais demandas (**estagiários, obras, reformas, adaptações de imóveis**) deverão ser avaliadas dentro do orçamento proposto para 2014 e próximos anos, em conjunto com as demais áreas envolvidas (DIRDEP e DENGEP), atendendo às premissas do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça.

As solicitações de **cursos e de treinamentos** deverão se submeter à análise da EJEF/DIRDEP.

4.15 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CESI

A proposta orçamentária do CESI, encaminhada à SEPLAG em 27/06/2013, demandou despesas relativas a aquisições de material para prevenção contra incêndio e pânico para as edificações do TJMG, gastos com pessoal em atividades relativas a segurança de magistrados, servidores e patrimônio do TJMG e despesas com aquisições de equipamentos eletrônicos para acesso e monitoramento de ambientes, visando potencializar a segurança no interior dos fóruns.

Propomos que as demandas referentes a aquisições de materiais sejam avaliadas no decorrer de 2014, em conjunto com as áreas afins (DENGEP e DIRSEP), responsáveis pela demanda de aquisição dos equipamentos ou materiais necessários à prestação dos serviços de segurança planejados pelo CESI. As despesas afetas à remuneração de pessoal militar serão processadas na folha de pagamento de pessoal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como já vem ocorrendo desde a implantação do CESI. As despesas de diárias serão objeto de repasse orçamentário à Polícia Militar.

4.16. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DEARHU/GERSAT

A GERSAT solicitou, para o ano de 2014, um orçamento total de **R\$3.176.000,00** (três milhões, cento e setenta e seis mil reais) para o custeio de despesas com materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos; medicamentos; despesas com médicos; serviços em manutenção de equipamentos médicos e odontológicos; entre outros.

Destaca-se da proposta orçamentária enviada pela GERSAT o pedido de **R\$2.656.000,00** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais) para o pagamento com despesas de exames periódicos de saúde para magistrados e servidores. Trata-se de uma demanda nova, cuja despesa foi estimada ao custo de R\$160,00/magistrado ou servidor. Diante disso, propomos o atendimento a 75% do valor solicitado pela Gerência para despesas com exames periódicos.

O quadro 14 apresenta o detalhamento das despesas solicitadas e a proposta para 2014 para a DEARHU/GERSAT:

QUADRO 14

I - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4224 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
GRUPO DE DESPESA	VALOR SOLICITADO (R\$)	VALOR PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (R\$)
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (Custeio)	3.138.000	2.474.000
- Material Médico e Hospitalar	15.000	15.000
- Material Odontológico	15.000	15.000
- Medicamentos	10.000	10.000
- Médicos	160.000	150.000
- Outras Despesas Pagas à Pessoa Física	2.000	2.000
- Manutenção, Adaptação e Conserv. De Equip e M. Permanente	90.000	90.000
- Serviços Médicos, Odontológicos e Laboratoriais	200.000	200.000
- Outros Serviços Pessoa Jurídica	2.656.000	1.992.000
4 - DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos)	38.000	38.000
- Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório	38.000	38.000
TOTAL AÇÃO 4224	3.176.000	2.512.000

5 . PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A elaboração da proposta orçamentária de Pessoal e Encargos Sociais foi realizada pela DIRFOR e DEARHU após definições de alguns parâmetros informados pela SEPLAG/CECOEX, conforme listado na página 07 deste relatório.

Com o intuito de ampliar as informações sobre os procedimentos realizados na projeção da folha de pessoal, seguem alguns exemplos de eventos que não foram contemplados na projeção DIRFOR/DEARHU e foram posteriormente incluídos nos cálculos pela SEPLAG/CECOEX:

1. Substituições (com exceção das que já haviam sido registradas no sistema de RH até a data da simulação de eventos de carreira);
2. Serviço extraordinário;
3. Gratificação natalina;
4. Indenização de férias-prêmio;
5. Concessão de abono de permanência;
6. Honorários;
7. Promoção Vertical (enquadramento);
8. Admissões previstas para o ano de 2014;
9. Parcelas de diferenças salariais (PV, URV, Eq. Salarial) ;
10. Diferenças salariais de posicionamento Classe A (retroativo a 2007);
11. Pensões - LC 59/01 e LC 64/02;
12. Teto constitucional no vencimento dos servidores em virtude do reajuste de 5% de aumento para os subsídios de magistrados em janeiro de 2014;

Em relação ao abono do acordo de greve, o valor integral do abono (R\$ 130,00 até abril/2014 e R\$137,80 nos meses seguintes) foi lançado nas folhas simuladas, assim como o terço de férias correspondente ao abono.

O quadro 15 apresenta o detalhamento das despesas propostas para 2014 para a Folha de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas.

QUADRO 15

Remuneração de Magistrados Ativa e Encargos Sociais	Ano 2014
	Valor (R\$)
- Vencimentos	321.479.452,56
- Obrigações Patronais	72.553.352,88
- Gratificação de Natal	27.374.251,48
- Abono de Férias	17.763.917,02
- Abono Permanência	7.299.126,77
- Vantagem Pessoal	242.002,08
- Honorários	1.252.183,00
- Gratificação de Exercício do Poder Judiciário	31.907,64
- Outras Despesas	10.510.222,28
- Nomeações novos magistrados em 2014	25.500.000,00
- Pagamento de Passivos	39.751.361,94
SUBTOTAL	523.757.777,76
Auxílio Funeral	40.000,00
Auxílio Alimentação	9.959.880,00
TOTAL	633.757.657,76

Remuneração de Servidores Ativa e Encargos Sociais	Ano 2014
	Valor (R\$)
- Vencimentos	1.057.997.373,67
- Obrigações Patronais	324.869.150,82
- Adicional por Tempo de Serviço	323.483.759,10
- Gratificação de Natal	125.282.099,96
- Abono de Férias	48.149.032,63
- Gratificação de Risco, Saúde e Contágio	18.385.694,34
- Abono Permanência	16.615.804,86
- Adicional de Desempenho	33.036.454,76
- Serviços Extraordinário	10.260.551,27
- Substituição em Cargo de Comissão	3.705.181,26
- Gratificação de Cargo em Comissão	5.797.130,70
- Posicionamento da Promoção Vertical	3.000.000,00
- Gratificação Pessoal do CESI	446.427,73
- Honorários	535.994,00
- Vantagem Pessoal	61.370,48
- Férias-Prêmio	300.000,00
- Outras Despesas	31.255.000,00
- Nomeações novos servidores em 2014	9.319.289,10
- Pagamento de Passivos	37.363.884,48
SUBTOTAL	2.048.864.209,17
- Auxílio Creche	10.039.550,00
- Auxílio Alimentação somado nas Outras Despesas de Custeio	131.501.230,00
TOTAL	2.191.404.989,17

Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	Ano 2014
	Valor (R\$)
- Aposentadorias e Proventos, Inclusive Gratificação de Natal	588.180.846,94
- Obrigações Patronais	2.333.036,71
- Pensões Especiais	34.782.351,78
- Pensões Específicas do Instituto de Previdência	103.080.025,90
- Férias-Prêmio	8.893.520,00
- Salário Família	37.529,40
- Pagamento de Passivos	138.451.801,07
SUBTOTAL	876.769.111,78
- Auxílio Funeral	350.000,00
TOTAL	876.109.111,78

Precatórios e Sentenças Judiciais	Ano 2014
	Valor (R\$)
- Precatórios e Sentenças Judiciais	160.000,00

6 . MEMÓRIA DE CÁLCULO DO LIMITE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA O ANO DE 2014

Conforme demonstrado neste relatório preliminar, o limite da LRF para o Tribunal de Justiça para o ano de 2014, com a RCL estimada em R\$45,7 bilhões é de 5,5306%. A diferença para se atingir o limite prudencial da LRF é estimada em R\$38,4 milhões, que se mostra, em princípio, insuficiente para absorver todos os impactos previstos nos PL's 3342/2012 e 3540/2012, este último alterado por emendas parlamentares.

Especificação	Valor	% da RCL
Receita Corrente Líquida Estimada *	46.768.438.032	
1- Despesa Líquida de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais = A - B	2.631.179.082,26	5,6306
A - Despesa Bruta de Pessoal 2013	3.449.381.098,71	
Ativo, Inativo e Pensionista (Grupo 1)	3.346.301.072,80	
Pensão (Grupo 3)	103.080.026,90	
B - Deduções	918.202.016,44	
Despesas de Exercícios Anteriores	215.567.057,50	
Precatório e Sentenças Judiciais TJ	160.000,00	
Inativos e Pensionistas Com Recursos Vinculados	436.633.582,82	
Inativos e Pensionistas Com Deficit Atuarial	162.761.350,23	
Pensão (Grupo 3)	103.080.026,90	
Despesas de Caráter Indenizatório		
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art 20 da LRF) - 5,91%	2.764.798.646,79	
Limite Prudencial do TJ (§ único, art 22 da LRF) - 5,6148%	2.639.556.718,45	

* Receita Corrente Líquida Informada no Of. Circ. Gab. Sec. Nº 41/13, em 02/07/2013

² Valor da Receita Corrente Líquida para adequação orçamentária:

Valor a ser reduzido/sobrando para enquadramento no limite de 5,91%	173.617.464,53
Valor a ser reduzido/sobrando para enquadramento no limite de 5,6148%	38.377.637,18
Valor da RCL para atendimento ao limite prudencial	45.119.066.724,78

7. CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS PREVISTAS PARA 2014

Abaixo, segue quadro de detalhamento das despesas consolidado:

QUADRO 16

ÓRGÃO 1030 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES							Ano: 2014			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1031 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS												
ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							IMPORTÂNCIA (R\$ 1.00)				
	FL	SUB	PR	C	M	ED	IP	GF	IPU	DETALHADA	TOTAL	
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	02	061	723 2117									
				3	3	90	39	0	28	1	780.000	
				4	4	90	51	0	28	1	23.748.525	
				4	4	90	51	0	60	1	63.800.000	
MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DOS JUZADOS ESPECIAIS	02	061	723 4117									
				3	3	90	38	0	28	1	688.300	
				3	3	90	38	0	28	1	602.360	
PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	02	122	723 4224									
				8	8	90	14	0	28	1	2.835.000	
				3	3	90	30	0	28	1	10.627.252	
				3	3	90	31	0	28	1	87.400	
				8	8	90	33	0	28	1	1.700	
				3	3	90	35	0	28	1	38.000	
				3	3	90	36	0	28	1	46.711.357	
				3	3	90	37	0	28	1	181.465.607	
				3	3	90	39	0	28	1	118.912.046	
				3	3	90	47	0	28	1	1.154.000	
				3	3	90	49	0	28	1	770.000	
				3	3	90	93	0	28	1	933.780	
				4	4	90	39	0	28	1	12.735.578	
				4	4	90	47	0	28	1	15.000	
4	4	90	52	0	28	1	47.166.680					
4	4	90	52	0	47	1	100.000					
DILIGÊNCIAS JUDICIAIS EM ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, FEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO	02	61	723 4660									
				3	3	90	49	0	28	1	45.757.528	
				3	3	90	49	0	24	1	180.000	
				8	8	90	49	0	60	2	1.170.000	
				3	3	90	49	0	70	1	3.088.800	
AÇÕES DE FOMENTO À ACESSIBILIDADE, À CELERIDADE E À PACIFICAÇÃO SOCIAL	02	61	723 XXXX									
				3	3	90	30	0	28	1	80.000	
				3	3	90	35	0	28	1	48.000	
				3	3	90	36	0	28	1	328.000	
				3	3	90	38	0	28	1	350.000	
				4	4	90	52	0	28	1	180.000	

SELEÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES	02	128	723 210B									4.994.117
				3 3	90	14	0	60	1		1.493.170	
				3 3	90	30	0	60	1		25.000	
				3 3	90	35	0	60	1		141.650	
				3 3	90	39	0	60	1		3.328.287	
REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	02	122	701 2463									533.757.658
				3 1	90	11	0	10	1		411.453.063	
				3 1	90	02	0	10	1		39.761.362	
				3 1	91	13	0	10	1		72.553.353	
				3 3	90	08	0	10	7		40.000	
				3 3	90	46	0	60	7		9.959.880	
REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	02	122	701 2456									2.191.404.989
				3 1	90	11	0	10	1		1.672.919.004	
				3 1	90	12	0	10	1		446.428	
				3 1	90	13	0	10	1		23.330.086	
				3 1	90	16	0	10	1		14.265.733	
				3 1	90	02	0	10	1		37.363.894	
				3 1	91	13	0	10	1		301.539.065	
				3 3	90	08	0	60	1		10.039.550	
				3 3	90	46	0	60	7		131.591.230	
PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS TJ	02	846	702 7004									160.000
				3 1	90	91	0	10	9		160.000	
PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	08	272	702 7008									876.109.112
				3 1	90	01	0	58	5		160.390.784	
				3 1	90	01	0	30	1		50.000	
				3 1	90	01	0	42	6		249.975.031	
				3 1	90	01	0	43	5		187.658.551	
				3 1	90	59	0	10	1		34.782.352	
				3 1	90	09	0	58	5		37.629	
				3 1	90	92	0	10	1		17.753.606	
				3 1	90	92	0	58	5		120.699.296	
				3 1	91	13	0	58	5		2.333.037	
				3 3	90	03	0	58	5		103.080.026	
				3 3	90	08	0	10	7		350.000	
TOTAL												4.180.419.770

Nota:

Reserva orçamentária no grupo de despesas de Custeio no valor de R\$572.079,00 para repasse a PMMG e a EGE/SEF